

ENDA Discute Formação de Professores

Em Junho foi também marcado por mais um Encontro Nacional de Dirigentes Associativos (ENDA), que deste vez se realizou no Porto. A maioria das associações da Académica de Lisboa (AAL) não concordou com a data do encontro e recusou-se a apresentar propostas, daí que tenham sido a Federação Académica do Porto (FAP) e a Associação Académica de Coimbra (AAC) as protagonistas em matéria de contributos para discussão e aprovação.

Além de reivindicarem menos propinas, mais acção social, mais "estudante elegível" e mais qualidade do ensino superior e de criticarem o conceito de "estudante deslocado", por estar "desfasado da realidade", a FAP teve o sentido de oportunidade de apresentar um documento sobre a formação de professores.

Nesta proposta, as associações que compõem esta federação defendem a obrigatoriedade de se complementar a formação inicial dos professores com uma formação contínua, não desprezando, inclusivamente, uma alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo que torne a "formação contínua não só um direito como um dever".

Os estudantes defenderam ainda a clarificação do sistema de avaliação do desempenho dos professores, enquanto "instrumento valioso na garantia da qualidade do ensino" e exigiram que só possa leccionar num determinado ciclo do ensino básico ou no secundário quem realmente tiver competências para tal.

Nesse documento, a FAP diz concordar com a atribuição de licenciaturas pelos politécnicos, mas adianta que deveriam ser estabelecidos na lei os pré-requisitos que qualquer instituição (universitária ou politécnico, público ou privado) tem de cumprir para formar professores do ensino básico.

Em alternativa, propõem a apresentação dos requisitos em forma de projecto de lei e defendem que estes devem "incluir estrutura curricular, instalações, equipamentos, pessoal docente (em exclusividade de funções) e não docente.

Luísa Melo